

PAZ REGIONAL NA AMÉRICA LATINA: UMA JUSTIFICATIVA MULTIFACETADA

Chiara Villani¹

RESUMO

Desde o século XIX, a América Latina tornou-se progressivamente uma zona de paz. Entre 1800 e 2007, a região foi afetada por apenas catorze guerras interestatais. Além disso, a frequência das guerras interestatais diminuiu rapidamente ao longo das décadas, gerando uma zona consolidada de paz. Este artigo examina os motivos da paz regional na América Latina, revisando as principais teorias de guerra e paz e avaliando sua validade na explicação da ausência de guerras interestatais na região. O estudo sugere que cada uma das teorias consideradas aborda apenas um único aspecto desse fenômeno. Com base nisso, propõe-se uma explicação multifacetada da paz regional na América Latina, combinando diferentes teorias para fornecer uma análise mais completa do fenômeno. Esta explicação apresenta a paz na América Latina como resultado de dois elementos que se interagem: a satisfação dos países com suas fronteiras e a presença de estados fracos na região. Embora se reconheça que os regimes políticos podem influenciar a tendência dos países a iniciarem a guerra (e que os regimes democráticos tendem a ser menos propensos à guerra do que os regimes autoritários), este estudo mostra que a democracia não é a principal causa da paz regional na América Latina. Na verdade, a presença de regimes autoritários na região não impediu a criação de uma zona de paz entre os séculos XIX e XX. No entanto, o estudo ressalta que a disseminação da democracia na região ajudou a consolidar a zona de paz e determinou sua evolução, desde a mera ausência de guerras até a institucionalização de uma comunidade de segurança.

Palavras-chave: Paz Regional. América Latina. Segurança. Comunidade.

¹ Sapienza Università di Roma, Itália. villani.chiara@libero.it

INTRODUÇÃO

Desde a segunda metade do século XIX, algumas áreas do mundo tornaram-se progressivamente pacíficas. Essa tendência é clara na América Latina, onde apenas catorze guerras interestatais ocorreram entre os séculos XIX e XX, enquanto não houve guerra interestadual na região desde 1995.

Evidências históricas mostram que não apenas a América Latina foi afetada por poucas guerras interestatais, mas também testemunhou um declínio progressivo na frequência desse tipo de conflito nos últimos dois séculos. De fato, enquanto a maioria dos conflitos eclodiu durante o século XIX, os países latino-americanos começaram progressivamente a estabelecer relações pacíficas com seus pares regionais no século XX.

Este estudo aborda três questões principais: *Quais são as causas profundas das poucas guerras interestatais estouradas na América Latina? Por que esta região foi afetada por poucas guerras interestatais? e por que a frequência desses conflitos diminuiu progressivamente ao longo dos séculos?* Antes de responder a essas perguntas, é essencial esclarecer o significado de dois conceitos-chave que se repetirão neste estudo: guerra e paz.

UMA PREMISA METODOLÓGICA: DEFININDO GUERRA...

Na história da ciência política, muitas definições de guerra foram propostas, variando de mais amplas a mais restritivas. No entanto, ainda não há consenso sobre o que é a guerra. Este estudo leva em consideração a definição de guerra formulada por Small e Singer em seu projeto *Correlates of War*, pois parece ser a mais concreta, restringindo a pesquisa a guerras interestatais.

Small e Singer (1982) definem guerra como conflito armado interestatal entre unidades políticas soberanas, caracterizado por pelo menos mil baixas de batalha. Esta definição liga o conceito de guerra à presença de dois elementos. O primeiro elemento é o status das entidades territoriais envolvidas no conflito. A definição de Small e Singer concentra-se nas entidades políticas que são classificadas como membros do sistema interestatal, conhecidas como “estados”. O segundo elemento é o número de perdas militares, que deve ser superior a mil unidades. Nesse sentido, Small e Singer (1982) especificam que: “Precisamos definir a guerra em termos de violência. Não apenas a guerra é impossível sem violência [...],

mas consideramos tirar a vida humana como a característica primária e dominante da guerra.”

Embora seja útil definir o objeto deste estudo, a definição de Small e Singer não esclarece por que as guerras eclodem. A seção a seguir revisa as principais teorias da guerra das Relações Internacionais para entender a raiz potencial das poucas guerras interestatais ocorridas na América Latina.

POR QUE A GUERRA ECLODE?

No ramo das Relações Internacionais, entre as principais abordagens que tentam explicar a guerra e suas causas principais estão a teoria realista do equilíbrio de poder, as teorias geopolíticas e a teoria dos conflitos territoriais. Todas analisam a guerra levando em consideração a dinâmica política que caracteriza o sistema internacional.

As teorias realistas do equilíbrio de poder apresentam a paz como resultado da presença de forças e capacidades militares equilibradas nos estados, em nível regional ou global. Em um mundo em que a anarquia é a regra e a sobrevivência é o objetivo principal de cada entidade política, capacidades militares igualmente distribuídas podem garantir estabilidade, impedindo o surgimento de um regime hegemônico que possa dominar o restante dos estados (VATTEL, 1758). O equilíbrio de poder quebra quando um país começa a ganhar poder sobre os outros, desafiando a estabilidade do sistema internacional e criando um dilema de segurança. A insegurança se espalha entre os vizinhos, que muitas vezes criam uma coalizão defensiva para combater a crescente hegemonia (MORGENTHAU, 1948; WALTZ, 1979). A guerra, portanto, resulta de operações de equilíbrio externo realizadas pelos vizinhos da potência crescente e restauram o equilíbrio no sistema internacional.

As teorias geopolíticas consideram variáveis geográficas como posição estratégica, dimensões territoriais e presença de recursos naturais como variáveis-chave que influenciam o comportamento dos países no sistema internacional. Em particular, Mahan (1890) enfatiza o papel da proximidade com a água como determinante da propensão à guerra de um estado. Como destacado em “A influência do poder marítimo na história”, as guerras resultam de rivalidades interestatais pelo controle dos mares, que é fundamental para estabelecer rotas comerciais e aumentar o poder político dos países. “A profunda influência do comércio marítimo sobre a riqueza e a força dos países foi claramente vista muito

antes que os verdadeiros princípios que governavam seu crescimento e prosperidade fossem detectados. Para garantir ao próprio povo uma parcela desproporcional de tais benefícios, foram feitos todos os esforços para excluir outros, pelos métodos legislativos pacíficos de monopólio ou regulamentos proibitivos, ou, quando estes fracassam, por violência direta. O choque de interesses, os sentimentos de raiva despertados por tentativas conflitantes de assim se apropriar da parcela maior, se não do todo, das vantagens do comércio e de regiões comerciais distantes e instáveis, levam à guerra.” (1890)

Finalmente, as teorias do conflito territorial vinculam a erupção das guerras ao valor social, econômico e político que os países atribuem a determinados territórios. Um dos principais pensadores dessa abordagem é Vasquez, cuja teoria mistura Geopolítica e Realismo para fornecer uma explicação mais completa das raízes das guerras. Para Vasquez (1995), conflitos interestatais geralmente surgem entre países vizinhos principalmente devido a questões territoriais. Em particular, a guerra é a consequência da exacerbação de disputas territoriais causadas por incoerência nas fronteiras, reivindicações territoriais e questões de identidade. Desde o início dos tempos, a terra tem sido considerada como uma fonte de sobrevivência para a humanidade, oferecendo espaço para se viver, alimentos e recursos naturais essenciais. Em um mundo onde os recursos são escassos, a guerra nasceu como uma prática social para preservar e conquistar territórios com o objetivo final de garantir a sobrevivência dos homens. Vasquez destaca que, como os conflitos surgem de disputas territoriais, “uma vez que os limites sejam aceitos, a paz poderá reinar”. (Ibid). Com base nessa visão, as guerras interestatais podem ser evitadas pela reconciliação de reivindicações territoriais.

Ao explicar a guerra de maneiras diferentes, todas essas teorias também integram uma explicação da paz. O próximo parágrafo é dedicado a analisar a noção e as principais teorias da paz.

DEFININDO A PAZ

A definição de paz está fortemente ligada à noção de guerra. De fato, a paz tem sido frequentemente definida como ausência de guerra na história do pensamento político. Essa identidade foi questionada por vários filósofos e cientistas políticos, a partir de Kant que, em sua obra-prima “À

Paz Perpétua” (1795), destacou que a paz não é apenas mera ausência de guerra, mas também é caracterizada pela estabilidade política e social.

Em seu trabalho, Kant sugere que três condições são necessárias para que a estabilidade promova a paz. O primeiro é a presença de repúblicas na comunidade internacional, ou seja, estados caracterizados por governos representativos e separação de poderes. “Se for necessário o consentimento dos cidadãos para decidir que a guerra deve ser declarada (e nesta constituição não pode deixar de ser o caso), nada é mais natural do que eles seriam muito cautelosos ao iniciar um jogo tão ruim, decretando para si todas as calamidades da guerra” (ibid.). Embora as constituições civis republicanas sejam peças-chave para construir a paz, elas não são suficientes por si só. Um segundo elemento é a criação de uma liga de nações, que é uma federação de estados livres e iguais. “[...] Deve haver uma liga de um tipo específico, que pode ser chamada de liga da paz (*foedus pacificum*) e que [...] procura acabar com todas as guerras para sempre. Essa liga não tende a dominar o poder do estado, mas apenas à manutenção e segurança da liberdade do próprio estado e de outros estados ligados a ele, sem que seja necessário submeter-se às leis civis e sua obrigatoriedade, como os homens em estado natural devem submeter-se.” (ibid.). O último elemento para os estados construírem estabilidade e paz perpétua é a hospitalidade universal, que “[...] não é uma questão de filantropia, mas de direito. Hospitalidade significa o direito de um estrangeiro de não ser tratado como inimigo quando chegar na terra de outro. Pode-se recusar recebê-lo quando isso puder ser feito sem causar sua destruição; mas, enquanto ele ocupar seu lugar pacificamente, não se pode tratá-lo com hostilidade. Não é o direito de ser um visitante permanente que se pode exigir. Seria necessário um acordo beneficente especial para dar a alguém de fora o direito de se tornar um habitante por um certo período. É apenas um direito de permanência temporária, um direito de associação, que todos os homens têm. Eles o possuem em virtude da posse comum da superfície da terra, onde, como um globo, eles não podem se dispersar infinitamente e, portanto, devem tolerar a presença um do outro, finalmente. Originalmente, ninguém tinha mais direito do que outro a uma parte específica da terra.” (Ibid.).

Em sua obra-prima, Kant também afirma que repúblicas (que podem hoje ser denominadas democracias), são mais pacíficas do que outras formas de governo. Essa visão deu origem às teorias da paz democrática, que afirmam que as democracias raramente se envolvem em conflitos armados

com outros estados democráticos. Enquanto pesquisas quantitativas sobre a guerra provaram que as democracias não são mais pacíficas do que outros regimes (SMALL; SINGER, 1976; WRIGHT, 1983), vários estudos mostraram que a democracia pode contribuir para manter a paz (RUSSET; MAOZ, 1993). O parágrafo a seguir apresenta as principais teorias da paz e define o cenário para analisar a paz regional na América Latina.

DE ONDE VEM A PAZ?

Os teóricos da paz democráticos diriam que a paz é o resultado da concentração de regimes democráticos em uma área geográfica específica. Em particular, pensadores neokantianos vinculam a paz à presença de democracias liberais. Esses são os regimes nos quais as três condições kantianas se manifestam historicamente, regulando a vida civil e política (DOYLE, 1983a). A separação de poderes, a representação, a transparência nos processos de tomada de decisão e a proteção dos direitos humanos permitem às democracias liberais prever o comportamento de seus vizinhos e estabelecer relações de confiança mútua (BUENO DE MESQUITA; SILVERSON, 1995; LIPSON, 2005). Por compartilharem valores comuns, as democracias liberais tendem a evitar a guerra e a preferir métodos pacíficos de solução de disputas (RUSSETT, 1993; DIXON, 1994; OWEN, 1994).

Embora as evidências mostrem que as democracias raramente se chocaram entre si em conflitos violentos (RUSSET; MAOZ, 1993), muitos argumentaram que as autocracias podem manter a paz tanto quanto as democracias. A partir desta observação, os pesquisadores começaram a investigar causas alternativas de paz. Um dos principais críticos das teorias da paz democrática é Deudney. Ele destaca os limites da abordagem neokantiana, que fornece uma explicação monocausal para a ausência de guerra, enquanto negligencia outros fatores que podem potencialmente promover a paz, como o contexto geográfico e as capacidades tecnológicas dos estados (DEUDNEY, 2009). Embora reconheça a presença das repúblicas como determinante da paz, Deudney também inclui uma análise sobre o papel das variáveis geográficas e o equilíbrio de poder na manutenção da estabilidade. Em particular, ele afirma que a presença de equilíbrio de poder e obstáculos territoriais (como montanhas e rios) ajuda a promover a segurança e a estabilidade, diminuindo a frequência das guerras interestatais.

Gibler (2012) vincula a presença de paz à resolução de disputas territoriais. A paz só pode ser alcançada quando as rivalidades interestatais na demarcação de fronteiras terminam. Uma vez que as fronteiras são aceitas, os países iniciam um processo interno de desmilitarização, que ajuda a estabelecer relações pacíficas entre antigos rivais. A redução do poder militar permite realocar recursos econômicos para outros objetivos (ou seja: desenvolvimento nacional) com impactos positivos no crescimento econômico nacional. A eliminação das ameaças territoriais e a realocação de recursos econômicos combinadas promovem o crescimento econômico tanto internamente quanto nos países vizinhos. Por sua vez, o crescimento econômico influencia a estrutura social dos países, promovendo a ascensão de uma classe média cuja presença geralmente leva a processos de democratização. Segundo Gibler, a democracia não é a causa principal da paz regional. Diferentemente, a paz resulta da resolução de disputas territoriais e da estabilização de fronteiras, que são uma condição prévia para a expansão e consolidação das instituições democráticas.

A homogeneidade cultural também está sendo considerada como um dos principais pilares para a construção de relações pacíficas entre os países. Em particular, Huntington (1993) afirma que países pertencentes à mesma civilização têm maior probabilidade de estabelecer relações pacíficas, enquanto a guerra é frequentemente provocada por diferenças culturais. Em seu estudo, Huntington destaca que a identidade cultural está se tornando cada vez mais importante “à medida que [a política] mundial será moldada em grande medida pelas interações entre sete ou oito grandes civilizações. Estas incluem a civilização ocidental, confucionista, japonesa, islâmica, hindu, eslava-ortodoxa, latino-americana e possivelmente a africana.” (Ibid).

Miller tenta reunir as variáveis institucionais, territoriais e culturais para elaborar uma explicação mais abrangente da paz. Em seu livro “Estados, nações e grandes potências” (2007), Miller relaciona a paz com a presença de altos níveis de equilíbrio entre países no nível regional, que é um alto grau de coerência entre a partição territorial regional e as aspirações nacionais do povo que vive nessa área. A propensão à guerra de uma região é determinada pela combinação de dois elementos: o nível de força/fraqueza dos estados vizinhos e o grau de coerência entre as fronteiras políticas e nacionais dentro da área considerada. A paz resulta do alto equilíbrio entre países, que depende de duas condições: alta coerência entre as fronteiras políticas e nacionais (coerência entre

países) e a presença de estados fortes em uma determinada região. Em relação à primeira condição, são garantidos altos níveis de coerência entre os estados quando o quadro político e as instituições administrativas que governam um território refletem as aspirações nacionais das pessoas que vivem nessa área. Essa condição resulta da resolução de disputas territoriais e da eliminação de reivindicações territoriais nacionalistas. Quando altos níveis de coerência entre países estão presentes, há uma forte identificação entre as pessoas que vivem em uma determinada área e as instituições que governam essa área. Isso legitima as fronteiras existentes e ajuda a manter o status quo regional. Com relação à segunda condição, a força e a fraqueza dos estados são medidas levando em consideração a eficiência de suas instituições, bem como suas capacidades econômicas e militares. Estados fortes têm o monopólio legítimo dos meios de violência em seus territórios, contam com instituições eficientes e são apoiados por economias sólidas. Segundo Miller, a paz resulta da presença simultânea de estados fortes e coerentes, caracterizados por uma identidade territorial bem definida, uma forte capacidade de controlar movimentos revisionistas e um profundo engajamento na manutenção do status quo regional.

Depois de ter revisto as principais teorias da paz, agora é momento de voltar às perguntas da nossa pesquisa e tentar encontrar uma resposta para o dilema da guerra e da paz.

AS CAUSAS DAS GUERRAS INTERESTATAIS NA AMÉRICA LATINA

Para abordar a primeira questão da pesquisa, “quais são as causas das poucas guerras interestatais estouradas na América Latina?”, é útil levar em consideração as principais teorias de guerra analisadas nas seções anteriores.

Ao olhar para o contexto histórico e político, as motivações e os interesses estratégicos que levaram os países latino-americanos a combater guerras interestatais entre os séculos XIX e XX, todos os conflitos parecem ser operações de equilíbrio externo destinadas a impedir que um país quebre o equilíbrio regional de poder. É o caso da Guerra da Confederação (1837-1839) e da Guerra Peru-Boliviana (1841-1842), causadas por reivindicações territoriais e pela tentativa do Peru de aumentar sua influência política em nível regional, o que ameaçava a status quo. Da mesma forma, a Guerra do Prata (1851-1852) resultou da exacerbação de uma disputa territorial

na região da Cisplatina, uma área chave de uma perspectiva estratégica e econômica. Da mesma forma, a Guerra Equador-Colombiana (ou Guerra do Cauca, 1863) foi causada pela ambição de Cipriano de Mosquera em restaurar a *Gran Colombia*, que novamente alterou o equilíbrio regional. Finalmente, a Segunda (1885) e a Terceira Guerra Centro-Americana (1906) foram consequência de várias intervenções militares destinadas a unificar os estados da América Central, que ameaçavam alterar o equilíbrio de poder regional.

A abordagem geopolítica também é válida para analisar as guerras interestatais latino-americanas. A teoria de Mahan é particularmente adequada para explicar as causas dos conflitos surgidos na região. De fato, a maioria das guerras latino-americanas eclodiu pelo controle de recursos hídricos, como rios, lagos e mares. Foi o caso da Guerra Cisplatina Argentina-Brasil (1825-1828) e da guerra do Prata (1851-1852), ambas resultantes de uma disputa sobre a bacia do Rio da Prata; a Guerra da Tríplice Aliança (ou Guerra de Lopez, 1864-1870), eclodiu devido a uma rivalidade entre Argentina, Paraguai e Brasil no rio Paraná; a Guerra do Chaco (1932-1935) causada pelas ambições da Bolívia no rio Paraguai; e a guerra de Cenepa (1995), resultante da exacerbação de uma disputa territorial entre o Equador e o Peru sobre o rio Cenepa.

No geral, as evidências históricas corroboram a teoria de Vasquez sobre conflitos territoriais. Ao longo da história da América Latina, as disputas territoriais tiveram um papel importante no fomento de guerras interestatais na região. De fato, a maioria dos conflitos entre países vizinhos resultou da exacerbação de disputas territoriais pelo controle de áreas estratégicas, consideradas vitais do ponto de vista político, econômico e cultural.

POR QUE EXISTE PAZ NA AMÉRICA LATINA?

Mais duas perguntas permanecem sem resposta: por que a América Latina se interessou por poucas guerras interestatais? e por que a frequência desses conflitos diminuiu progressivamente ao longo dos séculos? Para encontrar uma resposta, é útil considerar as principais teorias da paz revisadas no parágrafo anterior. Elas podem ser classificadas em dois grupos, dependendo se as explicações identificam a democracia ou outros fatores como a raiz da paz. O primeiro grupo inclui as teorias da paz democrática. Colocando o foco no papel da democracia na promoção

da paz, essas teorias são úteis para explicar a paz na América Latina a partir dos anos 1980. No entanto, elas não conseguem explicar por que houve poucas guerras interestatais na região antes mesmo do processo de democratização. De fato, registra-se um declínio progressivo na frequência de guerras interestatais na região desde o final do século XVIII.

Embora as teorias da paz democrática não sejam válidas para explicar a paz na América Latina antes dos anos 1980, um segundo grupo de teorias tenta preencher essa lacuna, levando em consideração diferentes fatores como possíveis causas da estabilidade regional. A teoria de Deudney ajuda a destacar o papel crucial que o equilíbrio de poder desempenhou na manutenção da paz na região. Desde sua independência, a América Latina tem sido caracterizada pela presença de forte equilíbrio. Todos os países da região tinham capacidades militares e econômicas quase iguais e, mesmo quando existiam desequilíbrios, não eram grandes o suficiente para origem à luz estados hegemônicos. A teoria de Gibler sobre a paz territorial também é útil para explicar a paz na América Latina antes da democratização. De fato, as evidências mostram que os países da região começaram gradualmente a preferir métodos de solução pacífica de disputas à guerra. No entanto, Gibler não esclarece as razões que levam os países a resolver disputas territoriais por meios pacíficos, e não por meio da guerra. Uma terceira teoria considera a paz como um fenômeno cultural. De acordo com essa visão, a homogeneidade cultural ajuda a estabelecer relações pacíficas entre estados pertencentes à mesma civilização. Essa abordagem pode ser facilmente aplicada à América Latina, onde a homogeneidade cultural é fortemente sentida em toda a região. Línguas e tradições comuns resultam da fusão de culturas indígenas e civilizações europeias e africanas. Os povos latino-americanos também compartilham uma história e valores comuns, os mesmos que os levaram a se unir e lutar contra o colonialismo no início da década de 1820. Após as guerras da independência, o povo latino-americano começou a sentir que pertencia a uma ampla entidade cultural comum. Em muitos casos, essa percepção deu origem a movimentos políticos que visam transformar essa entidade cultural em uma entidade política estruturada, institucionalizada e unificada. Essas características comuns podem ter promovido a irmandade entre os povos latino-americanos, tornando os estados da região menos propensos a usar a violência em seus relacionamentos com os vizinhos. Embora a homogeneidade cultural possa ter tido um papel na construção da paz regional na América Latina, essa abordagem não explica as causas

profundas das guerras que estouraram e apresenta uma explicação monocausal da paz.

A teoria de Miller parece ser mais adequada para explicar a paz na América Latina. Aqui, a coerência estado-nação está presente desde a sua independência, resultante da interação de dois elementos: a ascensão dos movimentos nacionalistas e as aplicações do princípio de *uti possidetis*. O nacionalismo se espalhou no início do século XIX, quando as colônias começaram a mostrar os primeiros sinais de cansaço contra a dominação estrangeira. No final do século, sentimentos anticoloniais haviam levado à criação de países independentes na região. No nível local, o nacionalismo ajudou a construir coerência entre as nações, porque as pessoas poderiam se identificar facilmente com os novos países nascidos das guerras da independência. Os países recém-nascidos mantiveram a conformação territorial das antigas áreas administrativas coloniais (os vice-reinados espanhóis e os domínios portugueses) enquanto suas fronteiras eram traçadas pela aplicação do princípio *uti possidetis*. No nível regional, o nacionalismo fomentou a irmandade entre a América Latina, construindo seu discurso político sobre a história e as raízes comuns das pessoas de toda a região. Enquanto guiava a América Latina em sua luta contra o colonialismo, o nacionalismo não funcionou como catalisador da unificação da região sob uma única entidade política. Isso ocorreu devido à ausência de um país poderoso que pudesse expandir seu controle sobre a região. Posto isso, a América Latina pós-colonialista foi caracterizada pela falta de um forte poder central e pela presença de um localismo profundamente enraizado. No nível local, personalidades das famílias da classe alta e ricos proprietários de terra, chamados *caudilhos*, competiram para ganhar poder no nível local e desenvolveram instituições subnacionais em suas áreas de influência. O localismo desacelerou a criação de instituições fortes em todos os níveis e dificultou o processo de construção do estado na região, levando ao surgimento de estados fracos. Aí reside o paradoxo: enquanto a coerência Estado a nação caracteriza a América Latina desde sua independência, a segunda condição de paz, a presença de estados fortes na região, não estava presente antes do processo de democratização e, ainda, antes da década de 1980 a América Latina já era uma das áreas mais pacíficas do mundo.

Mesmo que as teorias consideradas nesta seção sejam úteis para identificar algumas das causas da paz, nenhuma delas fornece uma justificativa completa para a ausência de guerra na América Latina. Cada

uma das teorias revisadas vincula esse fenômeno a um único elemento (ou seja: a presença de democracias, a ausência de disputas territoriais etc.), mas deixa de considerar outras variáveis relevantes. Para elaborar uma explicação mais exaustiva e multifacetada da paz regional na América Latina, é essencial combinar as teorias acima mencionadas e suas principais intuições.

O ponto de partida para resolver o paradoxo mencionado no parágrafo anterior é analisar o efeito da presença de estados fracos na América Latina sobre a estabilidade regional. Estados fracos são países que não têm controle sobre os meios de violência em seu território, que possuem instituições ineficientes e recursos escassos para realizar suas tarefas básicas, como por exemplo, garantir proteção a seus cidadãos (CENTENO, 1997). Após a descolonização, os países latino-americanos sofreram de fraqueza interna e externa, o que ajudou a manter baixos níveis de propensão à guerra na região e reduziu a presença de ameaças externas.

A fraqueza interna deveu-se principalmente à ausência de três elementos: uma elite capaz de guiar seu país no processo de construção do Estado após as guerras da Independência; um sistema fiscal eficiente capaz de realocar recursos econômicos para promover o crescimento e desenvolvimento econômico; um forte poder central que poderia prevalecer sobre o localismo e as forças centrífugas (ibid). Segundo a teoria belicista de Tilly (1985), a presença desses três elementos é crucial para a guerra desencadear processos efetivos de construção do estado que levam à criação de países fortes.

A ausência dessas condições na América Latina levou à criação de estados fracos. Instituições frágeis, um localismo profundamente enraizado e a presença de forças militares tomando o poder foram as principais causas da fraqueza interna dos países. Após a descolonização, a América Latina carecia de elites fortes que pudessem guiar os países recém-nascidos através de um processo efetivo de construção do estado. Este foi um legado do colonialismo, quando as reformas de descentralização levaram à fragmentação do poder político, muitas vezes mantidas por caudilhos e ricos proprietários de terras. A descolonização não significou o fim do localismo, porque as pessoas não pretendiam derrubar os governos locais dos caudilhos. Diferentemente, o objetivo era libertar a América Latina do domínio europeu. Embora o localismo tenha sobrevivido à descolonização, a fragmentação do poder político e a falta de um poder

central forte que pudesse garantir a segurança nacional e a estabilidade regional foram duas preocupações importantes para os recém-nascidos países latino-americanos. Em particular, havia uma forte necessidade de uma classe dominante que pudesse concentrar o poder político em suas mãos para impedir tentativas de secessão que poderiam minar a estabilidade regional. Essas circunstâncias criaram um ambiente propício para a ascensão de regimes militares na região, pois as forças armadas eram a única elite capaz de monopolizar os meios de violência e tomar o poder nos países latino-americanos. Os governos militares exploraram o poder político para fins pessoais e para satisfazer os interesses de seus apoiadores, disseminando o clientelismo e impedindo a criação de instituições eficazes. Porque eles dependiam do apoio de elites nacionais, o governo militar era intrinsecamente fraco. De fato, a legitimidade dos líderes estava fortemente ligada à sua capacidade de satisfazer os pedidos das elites. Juntamente com a ausência de mecanismos institucionais que pudessem regular a sucessão do poder, esses elementos causaram instabilidade interna, alimentando lutas políticas persistentes, além de frequentes *golpes de estado*, levantes e guerras civis.

Se, por um lado, a fraqueza interna atrapalhava a estabilidade doméstica, por outro, ajudava os países a manter relações pacíficas com seus vizinhos na região. Como concentraram todos os seus esforços para alcançar a estabilidade interna, os países latino-americanos não tinham capacidade para enfrentar ou produzir qualquer tipo de ameaça externa em nível regional. Os países da região compartilharam baixos níveis demográficos, industrialização insuficiente e tecnologias de baixa qualidade. Uma distribuição equilibrada de capacidades militares e econômicas em toda a região impediu a ascensão de regimes hegemônicos e contribuiu para espalhar a ideia de que os vizinhos eram pacíficos. A homogeneidade cultural também desempenhou um papel fundamental em tornar os países latino-americanos menos propensos a usar a violência como meio de resolver disputas com seus vizinhos. Juntamente com a presença de fronteiras legítimas, essas circunstâncias levaram à ausência de ameaças externas, mantiveram o equilíbrio de poder na região e ajudaram os países a estabelecer relações pacíficas com seus vizinhos.

Uma vez esclarecido por que a América Latina se interessou por poucas guerras interestatais, chegou a hora de abordar a segunda pergunta: o que causou a diminuição na frequência de guerras na América Latina? Isso significa entender as razões pelas quais os países da região

começaram a recorrer progressivamente à solução pacífica de disputas, em vez de lutar contra seus vizinhos. A democratização é a chave para explicar esse processo. Após a ascensão dos governos democráticos na América Latina, a paz regional se fortaleceu e se consolidou, evoluindo da mera ausência de guerra (paz fria) para a comunidade de segurança (paz quente). A disseminação de instituições, valores e normas democráticas melhorou a confiança mútua entre os países da América Latina (MILLER, 2007) e, apesar de surgirem disputas territoriais, isso impediu a exacerbação das rivalidades interestatais e o início de guerras. A consolidação da democracia e, em particular, a difusão de princípios como responsabilidade política, estabilizaram ainda mais a região. Ao vincular o poder político ao consentimento público, a responsabilidade levou os líderes políticos a levar em consideração as preferências dos cidadãos no processo de fazer política. Como a guerra era onerosa em termos de vidas humanas e recursos econômicos, os líderes políticos começaram a resolver as rivalidades interestatais por meios pacíficos e diplomáticos, a fim de obter pontos políticos. Graças à democratização, a América Latina é hoje uma das áreas pacíficas mais estáveis do mundo.

CONCLUSÃO

Como mostra o caso da América Latina, os estados não democráticos podem gerar e manter a paz regional tanto quanto as democracias, mesmo que a paz possa consistir na mera ausência de guerra. Embora a presença da democracia não possa ser considerada a causa raiz da paz regional, ela é certamente um elemento crucial para fortalecer a estabilidade das zonas de paz. Este estudo também prova que a paz não pode ser explicada levando em consideração uma única causa. Como a paz regional deriva da interação de vários elementos nos níveis doméstico e regional, ela não pode ser explicada por uma abordagem monocausal. Embora cada uma das teorias de guerra e paz analisadas explique um único aspecto da paz regional na América Latina, a combinação de suas intuições foi essencial para fornecer uma explicação mais abrangente de um fenômeno tão complexo. Este estudo também foi um esforço para reconciliar as diferentes teorias de paz e guerra para provar que elas são complementares e podem coexistir dentro de um quadro teórico comum.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, B. *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. Editore Verso: Rio de Janeiro, 1991.
- ANDREATTA, F. *Le grandi opere delle relazioni internazionali*. il Mulino: Bologna, 2011.
- ANDRESKI, S. On the peaceful disposition of military dictatorships. *Journal of Strategic Studies*, v. 30, n. 1, p. 3-10, 1980.
- ARAULO ALVES, A. C. Resources, rationality and war: inferences from the chaco war. In: ANNUAL MEETING PAPER, 2011. Paper... APSA, 2011.
- ARON, R. *Paix et guerre entre les nations*. Calmann-Levy: Paris, 1962.
- BABST, D.V. Elective governments: a force for peace. *Industrial Research*, p. 55-58. Apr. 1972.
- BENNETT, S.; STAM, A.C. The duration of interstate wars, 1816-1985. *The American Political Science Review*, v. 90, n. 2, p. 239-257, Jun. 1996.
- BENNETT, S.; STAM, A.C. The declining advantages of democracy a combined model of war outcomes and duration. *Journal of Conflict Resolution*, v. 42, n. 3, p. 344-366, Jun. 1998.
- BETHELL, L. *Historia de América Latina*. Crítica: Barcellona, 1997. (Série Mayor; Política y sociedad desde 1930, v. 12).
- BLINN REBER, V. A case of total war: Paraguay, 1864-1870. *Journal of Iberian and Latin American Research*, v. 5, n. 1, p. 15-40, 1999
- BOBBIO, N.; ROMANO, S. Pace. In: ENCICLOPEDIA del Novecento. [Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana], 1989. (Supplemento, I).
- BODIN, J. *Les six livres de la République*, Paris: Fayard, 1576. (Libro V, Cap 5).
- BONGIOVANNI, B.; BONANATE, L. Egemonia. In: ENCICLOPEDIA delle Scienze Sociali. Roma: Treccani, 1993.
- BOULDING, K. E. *Conflict and defense: a general theory*. New York: Harper & Brothers, 1962.

BOUTHOU, G. *Traité de sociologie. Les Guerres, éléments de polémologie.* Paris: Pavot. 1951.

BOUTHOU, G. 1972 *L'infanticidio differito.* Translated by Mattioli A., Mondadori, Milano,. Translation of: *L'infanticide différeé.*

BOWMAN, I. The strategy of territorial decisions. *Foreign Affairs*, v. 24, n. 2, p. 177-194, 1946.

BRECHER, M. Crisis in world politics: theory and reality. *Political Psychology*, v. 16, n. 2, p. 437-439, 1995.

BUENO DE MESQUITA, B.; LALMAN, D. *War and reason.* United States: Yale University Press. 1994.

BUENO DE MESQUITA, B.; SILVERSON, R. M. War and the survival of political leaders: a comparative study of regime types and political accountability. *The American Political Science Review*, v. 89, n. 4, p. 841-855, 1995.

BUENO DE MESQUITA, B.; MORROW, J. D. SILVERSON, R. M.; SMITH, A. An institutional explanation of democratic peace. *The American Political Science Review*, v. 93, n. 4, p. 791-807, 1999.

BUZAN, B. Economic structure and international security: the limits of the liberal Case. *International Organization*, v. 38, n. 4, p. 597-624, 1984.

CARR, E. H. *The Twenty Year's Crisis, 1919-1939: an Introduction to the Study of International Relations.* Harper Perennial: London, 1939.

CARR, E. H. *Conditions of Peace.* New York: Macmillan & Company Limited, 1942.

CARRIQUIRY LECOUR, G. M. *Una scommessa per l'America Latina: memoria e destino storico di un continente.* Firenze: Le Lettere, 2003.

CENTENO, M. A. Blood and Debt: war and taxation in nineteenth century Latin America. *American journal of Sociology*, v. 102, n. 6, p. 1565-1605, 1997.

CHOUCRI, N.; NORTH; R. C. Lateral Pressure in International Relations: Concept and Theory. In MIDLARSKY, M. I. (Ed.) *Handbook of War Studies.* Winchester: Unwin Hyman, 1989.

CHOJNACKI, S. Democratic wars and military interventions, 1946- 2002: the mo- nadic level reconsidered. In: GEIS, A.; BROCK, L.; MÜLLER, H. (Ed.). *Democratic wars: looking at the dark side of democratic peace*. Reino Unido, UK: Palgrave Macmillan, 2006.

CLAUSEWITZ, C. Von. *Vom Kriege*. Itália: Mondadori, 1997. Tradução de: Della Guerra.

COHEN, R. Warfare and state formation: wars make states and states make war. In: FERGUSON, R. B. *Warfare, culture and environment*. Cambridge: Academic Press, 1984.

COHEN, R. Pacific Unions: a reappraisal of the theory that democracies do not go to war with each other. *Review of International Studies*, v. 20, n. 3, p. 207-223, 1994.

DAASE, C. Democratic peace-democratic war: three reasons why democracies are war-prone. In: GEIS, A.; BROCK, L.; MÜLLER, H. (Ed.). *Democratic wars: looking at the dark side of democratic peace*. Reino Unido, UK: Palgrave Macmillan, 2006.

DAHL, R. A. Poliarchia. In: *ENCICLOPEDIA delle Scienze Sociali*. Roma: Trecca- ni, 1996.

DALLANEGRA PEDRAZA, L. Tendencias políticas en América Latina en el con- texto mundial del siglo XXI. *Espiral, Estudios sobre Estado y Sociedad*, México, v. 15, n. 43, sept./dic. 2008.

DEL ACAZAR, J.; GARCÍA, N. T.; SANTACREU, J. M.; MARIMON, A. *Historiacontemporánea de América*. Espanha: Universitat de València, 2003.

DESCH, M. C. War and Strong States, Peace and Weak States? *International Organization*, v. 50, n. 2, p. 237-268, 1996.

DEUDNEY, D. *Bounding Powers*. Nova Jersey: Princeton University Press, 2009.

DÌAZ DE ARCE, O. La tradición demo-liberal en América Latina (si- glo XIX). *Espacio Laical, Habana, Año 8*, n. 29, enero/marzo, 2012.

DIXON, W. J. Democracy and the peaceful settlement of international conflict. *The American Political Science Review*, v. 88, n. 1, p. 14-32, 1994.

DIXON, W. J.; Senese, P. D. Democracy, Disputes and Negotiated Settlements. *The Journal of Conflict Resolution*, v. 46, n. 4, p. 547-571, 2002.

DOMINGUEZ, J. I. et al. Mares, D., Orozco, M., Scott Palmer, D., Rojas Aravena, F., Serbin, A. *Boudary disputes is Latin America*. United States: Institute of Peace, 2003.

DOMINGUEZ, J. I. et al. *Boudary disputes is Latin America*, United States: Institute of Peace, 2003.

DOYLE, M. W. Kant, liberal legacies and foreign affairs. *Philosophy and public affairs*, v. 12, n. 3, p. 205-235, Summer, 1983(a). part.1.

DOYLE, M. W. Kant, Liberal legacies and foreign affairs. *Philosophy and public affairs*, v. 12, n. 4, p. 323-353, Autumn, 1983 (b). part. 2.

DOYLE, M. W. Liberalism and World Politics. *The American Political Science Review*, v. 80, n. 4, p. 1151-1169, 1986.

EIBL-EIBESFELDT, I. *Amore e odio*, translated by Pettenati G., Adelphi, Milano, 1971. Translation of: *Liebe und haß*.

FEARON, J. D. Domestic political audiences and the escalation of international disputes. *The American Political Science Review*, v. 88, n. 3, p. 577-592, 1994.

FEARON, J. D. Rationalist explanations for war. *International Organization*, v. 49, n. 3, p. 379-414, 1995.

FIGUEIRA, F. *Welfare and Democracy in Latin America: the development, crises and aftermath of universal, dual and exclusionary social states*. May 2005. Prepared for the UNRISD Project on Social Policy and Democratization.

FOWLER, W. *Latin America since 1780*. 2. ed. New York, NY : Routledge. 2008.

FREEDOM HOUSE, *Latin America's wavering democracies*. Washington D.C. 06 Sept. 2012. Available at: <<https://freedomhouse.org/blog/latin-america%E2%80%99s-wavering-democracies>>. Accessed on: 14 August 2014.

GALTUNG, J. A structural theory of aggression. *Journal of Peace Research*, v. 1, n. 2, p. 95-119, 1964.

GARNHAM, D. War-proneness, War-weariness, and Regime Type: 1816-1980. *Journal of Peace Research*, v. 23, n. 3, p. 279-289, 1986.

GATES, S.; KNUTSEN, T. L.; MOSES, J.W. Democracy and peace: a more skeptical view. *Journal of Peace Research*, v. 30, n. 1, p. 1-10, 1996.

GEIS, Anna. Spotting the 'Enemy'? Democracies and the challenge of the 'Other'. In: GEIS, Anna; BROCK, L.; MÜLLER, H. (Ed.). *Democratic wars: looking at the dark side of democratic peace*. [S.l.]: Palgrave Macmillan, 2006. p. 142-169.

GEIS, Anna; BROCK, L.; MÜLLER, H. (Ed.). *Democratic wars: looking at the dark side of democratic peace*. [S.l.]: Palgrave Macmillan, 2006.

GIBLER, D. M. *The territorial peace: border, state development, and international conflict*. United Kingdom: Cambridge University Press, 2012.

GIBLER, D. M.; MILLER, S. M. Democracies, Territory, and Negotiated Compromises. *Conflict Management and Peace Science*, v. 28, n. 3, p. 261-279, 2011.

GIBLER, D. M.; TIR, J. Settled borders and regime type: democratic transitions as consequences of peaceful territorial transfers. *American Journal of Political Science*, v. 54, n. 4, p. 951-968, 2010.

GIBLER, D. M.; WOLFORD, S. Alliances, Then Democracy: an examination of the relationship between regime type and alliance formation. *Journal of Conflict Resolution*, v. 50, n. 1, p. 129-153, 2006.

GILPIN, R. *War and Change in World Politics*. United Kingdom: Cambridge University Press, 1983.

GILPIN, R. The Theory of Hegemonic War. *The Journal of Interdisciplinary History*, v. 18, n. 4, p. 591-613, 1988.

GLEDITSCH, K. S. *All international politics is local: the diffusion of conflict, integration, and democratization*. Ann Arbor, Michigan: University of Michigan Press, 2002.

GLEDITSCH, N. P. Conflict over share drivers: resource scarcity or fuzzy boundaries?. *Political Geography*, v. 25, p. 361-382, 2006.

GOCHMAN, C. S.; LENG, R. J. Realpolitik and the road to war: an analysis of attributes and Behavior. *International Studies Quarterly*, Vol. 27, N.

1, pp. 97-120, 1983.

GOCHMAN, C.; MAOZ, Z. Militarized interstate disputes, 1816-1976. *Journal of Conflict Resolution*, v. 28, n.4, p. 585-616, 1984.

GOLDSTEIN, J. S. *International Relations*. New York: Pearson-Longman, 2005.

GOTZE, C. Sameness and distinction: understanding democratic peace in bordieusian perspective. In: GEIS, A.; BROCK L.; MÜLLER, H. (Ed.). *Democratic wars: looking at the dark side of democratic peace*. [S.l.]: Palgrave Macmillan, 2006.

GURR, T. R.; JAGGERS, K.; MOORE, W. H. The Transformation of the Western State: the Growth of Democracy, Autocracy and State Power Since 1880. *Studies in Comparative International Development*, v. 25, n. 1, p. 73-108, 1990.

HENSEL, P. R. One thing leads to another: recurrent militarized disputes in Latin America, 1816-1986. *Journal of Peace Research*, v. 31, n. 3, p. 281-297. 1994.

HENSEL, P. R. Charting a course to conflict: territorial issues and interstate conflict, 1816-1992. *Conflict Management and Peace Science*, v. 15, n. 1, p. 43-73, 1999.

HENSEL, P. R.; DIEHL, P. F. It takes two to tango: non-militarized response in interstate disputes. *Journal of Conflict Resolution*, v. 38, n. 3, p. 479-506, 1994.

HENSEL, P. R.; ALLISION, M. E.; KHANANI, A. Territorial integrity treaties, *uti possidetis*, and armed conflict over territory. In: *CONFERENCE BUILDING SYNERGIES: INSTITUTIONS AND COOPERATION IN WORLD POLITICS*, 2006, Iowa..

HILL, N. L.; *Claims to territory in international law and relations*. New York: Oxford University Press, 1945.

HUNTINGTON, S. The clash of civilizations?. *Foreign Affairs*, Summer, 1993.

ISBESTER, K. *The paradox of democracy in Latin America: ten country studies of division and resilience*. Toronto: University of Toronto Press, 2011.

- JERVIS, R. Cooperation and the security dilemma. *World politics*, v. 30, p. 167-214, 1978.
- KACOWICZ, A. M. Explaining zones of peace: democracies as satisfied powers? *Journal of Peace Research*, v. 32, n. 3, p. 265-276. 1995
- KACOWICZ, A. M. Third world zones of peace. *Peace Review*», v. 9, n. 2. 1997.
- KACOWICZ, A. M. Geopolitics and territorial issues: relevance for South America. *Geopolitics*, v. 5, n. 1, p. 81-100, 2000.
- Kant, I. *Per la pace perpetua*, translated by Massoni A., Editori Sonzogno, Milano, 1883. Translation of: *Zum Ewigen Frieden*.
- KAYSEN, C. Is war obsolete?: a review essay. *International Security*, v.14, n. 4, p. 42-64. 1990.
- KOCS, S. A. Territorial disputes and interstate war, 1945-1987. *The Journal of Politics*, v. 57, n. 1, p. 159-175, 1995.
- ÍNDICE de Desarrollo Democrático de América Latina. Konrad-Adenauer-Stiftung, 2013. Available at: <<http://www.idd-lat.org>> Accessed on: 7 July 2014
- LAI, B.; SLATER, D. Institutions of the offensive: domestic sources of dispute initiation in authoritarian regimes, 1950-1992. *American Journal of Political Science*, v. 50, n. 1, p.113-126, 2006.
- LAKE, D. A. Powerful pacifists: democratic states and war. *The American Political Science Review*, v. 86, n. 1, p. 24-37, 1992.
- LEKANDA LABAN, P. El conflicto territorial entre Ecuador y Perú por el Río del Cenepa (1995): entre una mediación fallida y otra éxitos. *Revista Pléyade*, Santiago de Chile, n. 4, jul./dic. 2009.
- LEVY, J. S. Domestic politics and war. *The Journal of Interdisciplinary History*, v. 18, n. 4, p. 653-673, 1987. *The Origin and Prevention of Major Wars*.
- LEVY, J. S.; THOMPSON, W. R. *Causes of war*. New Jersey, EUA: Wiley-Blackwell, 2010.
- LEVY, J. S.; THOMPSON, W. R. *The arc of war*. Chicago: University of Chicago Press, 2011.

LIPSET, S.M. Some social requisites of democracy: economic development and political legitimacy. *The American Political Science Review*, v. 53, n. 1, p. 69-105, 1959.

LIPSON, C. *Reliable partners: how democracies have made a separate peace*. New Jersey, EUA: Princeton University Press, 2005.

LORENZ, K. *Il cosiddetto male*, translated by Milano, Garzanti, 1974. Translation of *On aggression*. .

LUARD, E. *War in international society*. London: I. B. Tauris, 1986.

MACKINDER, H. J. The geographical pivot of history. *The Geographical Journal*, v. 23, n.4, p. 421-437, 1904.

MACKINDER, H. J. *Democratic Ideals and Reality. A Study in the Politics of Reconstruction*, Norton, New York 1962.

MAHAN, A.T. *L'influenza del potere marittimo sulla storia*, Translated by Flamigni A., Uff. Storico Marina Militare, 1994. Translation of: *The influence of sea-power upon history 1660-1783*.

MAOZ, Z.; ABDOLALI, N. Regime types and international conflict, 1816-1976. *Journal of Conflict Resolution*, v. 33, n. 1, p. 3-35, 1987.

MARES, D. R. *Latin America and the illusion of peace*. Londres: The International Institute for Strategic Studies, 2012.

MARTINA, P. *Aspetti teorici dell'aggressività*. 1994. Available at: <<http://www.lovatti.eu/ag/pm.htm>>. Accessed on: 7 July 2014

MEARSHEIMER, J. Why we will soon miss the Cold War. *The Atlantic Monthly*, v. 266, p. 35-50, 1990.

MEARSHEIMER, J. Interview with Harry Kreisher on 08 Apr. 2002. Available at: <<http://globetrotter.berkeley.edu/people2/Mearsheimer/mearsheimer-con2.html>>. Accessed on: 21 September 2014

MILLER, B. *States, nations, and great powers: the sources of regional war and peace*. United Kingdom: Cambridge Studies in International Relations, 2007.

MODELSKI, G. The long cycle of global politics and the nation-state. *Comparative Studies in Society and History*, v. 20, n. 2, p. 214-235, 1978.

Varieties of Modernization.

MORGENTHAU, H. J. *Politics among nations: the struggle for power and peace*. New York: Alfred A. Knopf, 1948.

MOSCATO, A. *Il risveglio dell'America Latina: storia presente di un continente in movimento*. Roma: Edizioni Alegre, 2008.

MUELLER, J. *Retreat from Doomsday: the obsolescence of major war*. New York: Basic Books, 1989.

NORLIN, G.; VAN HOOK, L. *Isocrates, with an English*. [S.l.]: Book on demand, 1928. Tradução de: George Norlin; obra em três volumes.

NUNN, F. M. *Peace and War in Latin America: changing perspectives on military-civil relations*. *Latin American Research Review*, v. 39, n. 2, p.291-299, 2004.

ONEAL, J. R.; RUSSETT, B. M. *The Classical Liberals Were Right: Democracy, Interdependence, and Conflict, 1950-1985*. *International Studies Quarterly*, v. 41, n. 2, p. 267-293, 1997.

ONEAL, J. R.; ONEAL, F. H., MAOZ, Z., RUSSETT, B. *The Liberal Peace: Interdependence, Democracy, and International Conflict, 1950-85*. *Journal of Peace Research*, v. 33, n.1, p. 11-28, 1994.

ORGANSKI, A.F. K. *World politics*. New York: Alfred A. Knopf, 1968.

ORGANSKI, A. F. K.; KUGLER, J. *The War Ledger*. Chicago: University of Chicago Press. 1980.

OWEN, J. M. *How Liberalism Produces Democratic Peace*. *International Security*, v. 19, n. 2, p. 87-125, 1994.

PANEBIANCO, A. *Relazioni Internazionali*. Milano: Jaca Book, 1992.

PANEBIANCO, A. *Guerrieri democratici: le democrazie e la politica di potenza*. Bologna: Il Mulino, 1997.

PANEBIANCO, A. *Politica della guerra*. In: *ENCICLOPEDIA delle Scienze Sociali*. Roma: Treccani, 2006.

PÉREZ, J. G. *Conflictos territoriales y luchas fronterizas en América Latina durante los siglos XIX y XX*. Norba, *Revista de Historia*, v. 18, p. 215-

241, 2005.

PETERSEN, A. *The world Island: eurasian geopolitics and the fate of the west*. Santa Barbara, CA: Praeger Publisher Inc., 2011.

RASLER, K. A.; THOMPSON, W. R. *The great powers and global struggle, 1490-1990*. Kentucky, EUA: University Press of Kentucky, 2009.

RAY, J. L. *Democracy and international conflict*. EUA: University of South Carolina Press, 1995.

RAY, J. L. Does democracy cause peace?. *Annual review of political science*, v. 1, p.27-46, 1998.

REITER, D.; STAM, A. C. Democracy, war initiation, and victory. *The American Political Science Review*, v. 92, n. 2, p. 377-389, 1998.

REITER, D.; STAM, A. C. *Democracies at war*. Nova Jersey, EUA: Princeton University Press, 2002.

RENGGER, N. On democratic war theory. In: GEIS, A.; BROCK, L.; MÜLLER, H. *Democratic wars*. Reino Unido: Palgrave Macmillan, 2006.

RISSE-KAPPEN, T. Democratic peace: warlike democracies? a social constructivist interpretation of the liberal argument. *European Journal of International Relations*, v. 1, n. 4, p. 491-517, 1994.

ROSTAN, M. *Economia-mondo*. In: *ENCICLOPEDIA delle Scienze Sociali*. Roma: Treccani, 1993.

ROTBERG, R. I. Failed states, collapsed states, weak states: causes and indicators. In: . *State failure and state weakness in time of terror*. Washington, DC: Brookings Institution Press, 2003.

RUMMEL, R. J. Libertarianism and international violence. *Journal of Conflict Resolution*, v. 27, n. 1, p. 27-71, 1983.

RUMMEL, R. J. Democracies are less warlike than other regimes. *European Journal of International Relations*, v. 1, n. 4, p. 457-479, 1995.

RUMMEL, R.J. Q & A On The Fact That Democracies Do Not Make War On Each Other, 2002. Available at: <http://hawaii.edu/powerkills/PK.APPEN1.1.HTM#***>. Accessed on: 13 October 2014.

RUSSETT, B. *Grasping the democracy: principles for a post-cold war*. Nova Jersey, EUA: Princeton University Press, 1993.

RUSSETT, B.; MAOZ, Z. Normative and structural cause of democratic peace, 1946-1986. *American Political Science Review*, v. 87, n. 3, p. 624-638, 1993.

RUSSETT, B. et al. The democratic peace. *International Security*, v. 19, n.4, p.164-184, 1995.

SABBATUCCI, G.; VIDOTTO, V. *Storia contemporânea: l'Ottocento*. Itália: Editori Laterza, 2008.

SABBATUCCI, G.; VIDOTTO, V. *Storia contemporânea: il Novecento*. Itália: Editori Laterza, 2008.

SCHULTZ, K. A. *Democracy and coercive diplomacy*. United Kingdom: Cambridge University Press, 2001.

SCHUMPETER, J. *Capitalismo, socialismo e democrazia*. Translated by Zuffi, E., Edizioni di Comunità, 1955. Translation of: *Capitalism, socialism and democracy*.

SENESE, P.D.; VASQUEZ, A.J. A unified explanation of territorial conflict: testing the impact of sampling bias, 1919–1992. *International Studies Quarterly*», Vol. 47, pp. 275–298. 2003.

SKIDMORE, T. E., SMITH, P. H. *Historia contemporanea de America Latina*. [S.l.]: Critica Barcelona, 1999.

SMALL, M.; SINGER, D. J. The war proneness of democratic regimes, 1816–1965. *Jerusalem Journal of International Relations*, v. 1, n. 4, p. 50–69, 1976.

SMALL, M.; SINGER, D. J. *Resort to Arms: international and civil war, 1816–1980*. Beverly Hills: Sage Publications. 1982.

SMITH, A. *La ricchezza delle nazioni*. Translated by F. Bartoli, C. Camporesi, S. Caruso., Newton Compton Editori, 2011. Translation of *The wealth of nations*.

SPYKMAN, N. J. *The Geography of Peace*. New York: Harcourt & Brace, 1944.

STEIN, J. G. Threat perception in international relations. In: HUDDY, L.; SEARS,

D. O.; LEVY, J. S.(Ed.). *The oxford handbook of political psychology*. 2. ed. Reino Unido, UK: Oxford University Press, 2013.

STREIT, C. *Union Now: a proposal for a Federal Union of the democracies of the North Atlantic*. New York: Harper and Brothers publishers, 1939.

THIES, C. G. War, rivalry, and state building in Latin America. *American Journal of Political Science*, v. 49, n. 3, p. 451-465, 2005.

THE FUND FOR PEACE. *Failed State Index*. Washington, D.C. [c2014].

TILLY, C. War making and state making as organized crime. In: EVANS, P.; RUESCHEMEYER, D.; SKOCPOL, T. (Ed.). *Bringing the State Back*. United Kingdom: Cambridge University Press, 1985.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. *Democracy in Latin America: towards a citizens democracy*. UNDP, 2004. Available at: <www.undp.org>. Accessed on: 7 July 2014

VASQUEZ, J. A. Why do neighbors fight? proximity, interaction or territoriality. *Journal of Peace Research*, v. 32, n. 3, p. 277-293, 1995.

VASQUEZ, J.; HENEHAN, M. T. Territorial disputes and the probability of war, 1816-1992. *Journal of Peace Research*, v. 38, p. 123-130, 2001.

VATTEL, E. de . *Le droit des gens*. Tradução C. Fenwick. Londres: Carnegie Institution of Washington, 1758. Tradução de: *The Law of Nations*.

WALT, S. M. Alliance formation and the balance of world power. *International Security*, v. 9, n. 4, p. 3-43, 1985.

WALTZ, K. *Theory of International Politics*. [S.l.]: Addison-Wesley, 1979.

WALTZ, K. Nuclear Myths and political realities. *American Political Science Review*, v. 84, n 3, p. 731-745, 1990.

WALLERSTEIN, I. Il sistema mondiale dell'economia moderna, II. Il mercantilismo e il consolidamento dell'economia-mondo europea, 1600- 1750. Translated by D.Panzieri, Bologna, Il Mulino, 1982. Translation of: *The modern world-system. II. Mercantilism and the consolidation of the European world-economy, 1600-1750,*.

WALLERSTEIN, I. World-systems Analysis, in World System History, ed. George Modelski, in Encyclopedia of Life Support Systems (EOLSS), Developed under the Auspices of the UNESCO, Eolss Publishers, Oxford, 2004.

WEEDE, E. Some simple calculation on democracy and war involvement. *Journal of Peace Research*, v. 29, n. 4, p. 377-383, 1992.

WENDT, A. Collective identity formation and the international state. *The American Political Science Review*, v. 88, n. 2, p. 384-396, 1994.

WIMMER, A. *Waves of war*. United Kingdom: Cambridge University Press. 2013.

WRIGHT, Q. *A study of war*. Chicago: University of Chicago Press, 1983.

ZAKARIA, F. The rise of illiberal democracy. *Foreign Affairs*, Nov./Dec. 1997.

ZANATTA, L. *Storia contemporanea dell'America Latina*. Itália: Editori Laterza, 2010.